

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 191/192

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PSDB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 02: Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 043ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Cesar Seleme.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Consulto a Liderança da Oposição se fará uso do seu horário.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões na travessia de Matinhos a Guaratuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 597/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a circulação de carretas e caminhões sobre os Ferry-Boat, na travessia de Matinhos e Guaratuba.

Parágrafo Único - Ficam excluídos da presente lei, as carretas e caminhões transportadores cuja mercadoria tenha sido produzida nos municípios do litoral e que tenha destino final ou origem no município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício de 2001. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 314/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I
Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estimula a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

I - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II - O orçamento de investimento das despesas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II
Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$12.810.018.320,00 (doze bilhões, oitocentos e dez milhões, dezoito mil, trezentos e vinte reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 29 da Lei Estadual nº 12.895, de 06 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$1,00

1 - Receitas de recolhimento Centralizado	R\$ 11.171.932.170
1.1 - Receitas Correntes	R\$ 6.906.647.230
1.2 - Receitas de Capital	R\$ 4.265.284.940

2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.077.501.600
2.1 - Receitas Correntes	R\$ 1.017.875.440
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 59.626.160

3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 560.584.550
3.1 - Receitas Correntes	R\$ 472.245.990
3.2 - Receitas de Capital	R\$ 88.338.560

4 - Total da Receita	R\$ 12.810.018.320
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 8.396.768.660
4.2 - Receitas de Capital	R\$ 4.413.249.660

Seção III
Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$12.249.433.770,00 (doze bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e setenta reais) e fixam à despesa igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferência do Estado, está estimado em R\$705.662.250,00 (setecentos e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro Nacional e outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV
Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2000, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação

Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2000, dando ciência prévia a Assembléia, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades da economia mista, mediante aplicação do índice geral de preços - disponibilidade interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com pessoal, recomposição salarial e encargos sociais, o pagamento da dívida pública e os anexos VI e VII desta Lei e com as transferências constitucionais aos municípios, utilizando como recursos as formas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 5% (cinco por cento), por projeto/Atividade/Operações Especiais das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos adicionais até o limite de 8% (oito por cento), das dotações definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

IV - Até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações, por grupo de fontes definidas neste orçamento, proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar à

execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei à nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos estados de Alagoas e Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP) dos quais o Estado do Paraná é portador, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no § 1º, Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 14 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485 de 03 de junho de 1987, bem como proceder às suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução do Orçamento e dos Créditos por antecipação da Receita

Art.16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de

1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesas especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no art. 7 desta lei.

Art. 18 - O Poder Executivo deverá proceder todos os meses, empenhos e pagamentos de um doze avos, do constante no Anexo I, desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 20 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes necessários no Projeto/Atividade 1136, convertendo recursos da ordem de R\$40.815.000,00 (quarenta milhões, oitocentos e quinze mil reais) da fonte 37, para a fonte 41.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações orçamentárias decorrentes do Decreto 2.881, de 19 de outubro de 2000, e de outras modificações organizacionais referentes exclusivamente a órgãos e unidades orçamentárias criadas ou remanejadas e somente entre elas, e que impliquem em alterações da proposta orçamentária para 2001 encaminhada à Assembléia Legislativa.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2000.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2000, de autoria da C.P.I. do Narcotráfico, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2000, de autoria do Poder Executivo, objetiva estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e adotar outras providências pertinentes ao assunto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2000, que dispõe sobre as alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Pela Ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Registre o voto contrário da Bancada da Oposição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Presidência determina que seja registrado o voto contrário das Bancadas da Oposição.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2000, aprova ajuste orçamentário, no valor de R\$632.000,00 (seiscientos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. **Aprovada. (Publ. no D.A. nº 147, de 30.10.2000)**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 347/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Chico Noroeste, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Fundamentação

A partir de uma pesquisa de opinião pública realizada pela Unioeste, notabilizou-se o anseio da população iguaçuense em expandir os cursos superiores ofertados pelo Campus de Foz do Iguaçu, elevando o nível dos futuros profissionais que abastecerão o mercado de trabalho desta região.

Face os resultados desta pesquisa, o curso de Direito, na área de ciências humanas, registrou o expressivo indicativo de 72,17% de preferência dos entrevistados.

O presente projeto de lei tem caráter meramente autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo de criar e implantar o curso supra citado no Campus de Foz do Iguaçu da Unioeste. Por isso, entende esta Comissão de Constituição e Justiça que não há nenhum óbice para a aprovação do projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, chamada esta Comissão a opinar, somos de Parecer Favorável, uma vez que concluímos sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Ficam fixadas em, no máximo 20% do valor do automóvel as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 11.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 426/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, fixa, em no máximo 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa requerimento nº 2571, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Senhores deputados solicito a presença dos senhores em Plenário, porque votaremos ainda mais uma sessão para a redação final das matérias votadas em 1ª discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 081, 119, 199 e 400/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 347 e 426/2000.

Levanta-se a sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 044ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Cesar Seleme.

Às dezessete horas e quarenta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duflío Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes

da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) CESAR SELEME

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

O senhor presidente consulta às Lideranças da Oposição e do Governo se desejam fazer uso do horário.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles Mello e outros, autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação

do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural dos Campos Gerais. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 119/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - Sintrapesca. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 199/2000, de autoria da CPI do Narcotráfico, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítima e Testemunhas de Infrações Penais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 199/2000 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

Art. 2º - O programa de que trata esta lei tem como objetivo garantir a proteção para as pessoas que estejam sendo ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas por sua colaboração direta ou indireta em investigação criminal ou processo penal.

§ 1º - A proteção de que trata esta lei poderá ser dirigida ou estendida:

I - ao agente público encarregado de serviço especial relacionado à investigação criminal ou processo penal, nos termos do regulamento;

II - ao cônjuge ou companheiro, aos parentes consanguíneos afins ou por adoção e aos dependentes da vítima, da testemunha ou do agente público envolvido em investigação criminal ou processo penal, conforme a necessidade apurada em cada caso.

III - ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

a) a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

b) a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

c) a recuperação total ou parcial do produto do crime.

§ 2º - Em situações excepcionais, mediante solicitação assinada por, pelo menos, três das autoridades relacionadas no art. 8º desta lei, poderá o Conselho Deliberativo permitir o ingresso, no Programa, de pessoa não incluída nas hipóteses mencionados neste artigo.

Art. 3º - Serão aplicadas em benefício do colaborador, na prisão ou fora dela, medidas especiais de segurança e proteção à sua integridade física, considerando ameaça ou coação eventual ou efetiva.

Parágrafo Único - Estando sob prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, o colaborador será custodiado em pedendência separada dos demais presos.

Art. 4º - A proteção concedida pelo programa e as medidas dela decorrentes serão compatíveis com a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a importância da pessoa para a produção da prova.

Art. 5º - O ingresso no programa, as restrições de segurança e a adoção das demais medidas constantes ficam condicionados à anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal.

Art. 6º - O programa será dirigido por um Conselho Deliberativo composto:

I - pelo secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, que o presidirá;

II - por um membro do Ministério Público;

III - por um membro da Magistratura;

IV - por um delegado de Polícia;

V - por um oficial da Polícia Militar;

VI - pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Art. 7º - O Conselho Deliberativo decidirá sobre:

I - o ingresso da pessoa no Programa e a sua exclusão;

II - as medidas de proteção necessárias e a sua duração.

§ 1º - As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - O Conselho poderá solicitar, para subsidiar suas deliberações, documentos ou informações comprobatórios de identidade, situação profissional, patrimônio, grau de instrução e pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais do interessado, bem como exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade e estado físico ou psicológico.

§ 3º - As deliberações do Conselho serão tomadas em prazo compatível com a urgência de proteção solicitada.

Art. 8º - A solicitação de ingresso no Programa, feita pessoalmente ou por procurador, poderá ser encaminhada ao Conselho Deliberativo:

I - por membro do Ministério Público;

II - pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

III - pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

IV - pelo corregedor da Polícia Civil;

V - por membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

Parágrafo Único - A solicitação de que trata este artigo será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motivam.

Art. 9º - Será considerado oficialmente encaminhado ao Conselho Deliberativo o pedido de proteção protocolizado na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania por qualquer das autoridades a que se refere o Artigo 8º.

Art. 10 - A pessoa protegida poderá ser excluída do Programa a qualquer tempo:

I - por solicitação própria;

II - por decisão do Conselho Deliberativo.

Art. 11 - Em caso de urgência levando-se em consideração a procedência, a gravidade e a eminência da coação ou ameaça, a pessoa poderá ficar provisoriamente sob a custódia de órgão policial, por indicação de uma das autoridades a que se refere o Art. 8º, enquanto aguarda a decisão do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Deliberativo e o Ministério Público serão imediatamente informados da custódia provisória concedida nos termos deste artigo.

Art. 12 - A proteção de que trata esta lei compreende, entre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, para fins de trabalho ou para prestação de depoimentos inclusive;

III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, caso a pessoa protegida fique impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou não disponha de fonte de renda;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, quando servidor público;

VII - apoio e assistência jurídica, até mesmo para que se concedam medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

VIII - apoio e assistência social, médica e psicológica;

IX - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

X - apoio dos órgãos executores do programa para cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal;

XI - apoio a programas sociais e pedagógicos de readaptação da pessoa protegida.

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo fixará, no início de cada exercício financeiro, o limite máximo para a ajuda mensal a que se refere o inciso V deste artigo.

Art. 13 - As medidas de proteção definidas pelo Conselho Deliberativo serão executadas pelos órgãos e instituições públicas por ele indicadas, com a colaboração das entidades privadas que se oferecerem para tal.

Art. 14 - A proteção oferecida terá duração máxima de dois anos, prorrogáveis excepcionalmente por decisão do Conselho Deliberativo, no caso de, findo este período, perdurarem os motivos que autorizaram a inclusão da pessoa no Programa.

Art. 15 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão à conta de dotação consignada do orçamento.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, os municípios e as entidades públicas e privadas para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2000

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 400/2000, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Cendrap - Centro Desportivo, Recreativo, Assistencial e Profissionalizante, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no Campus do Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos senhores deputados Elio Rusch e Chico Noroeste, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 347/2000

O Art. 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito no Campus de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.12.2000.

(a) ELIO RUSCH

CHICO NOROESTE

Apoiamento:

Antonio Carlos Belinati, Nelson Garcia, Serafina Carrilho, Marcos Isfer.

O projeto retorna à C.C.J.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Ficam fixadas em, no máximo, 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR, autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa requerimento nº 2572, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.